Constituinte das Finanças

Heitor Tepedino

O Conselho Monetário Nacional deve ser um dos órgãos com suas funções profundamente alteradas no governo Tancredo Neves, como o futuro presidente admitiu em sua entrevista coletiva de ontem, ao defender o orçamento único para os gastos governamentais. Atualmente é o CMN que aprova o Orçamento Monetário, inclusive os subsídios, além de fixar as metas da política monetária.

O Conselho Monetário Nacional é composto pelos ministros da Fazenda (presidente), do Planejamento, Agricultura, Interior, Indústria e do Comércio, pelos presidentes do Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e BNH, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco da Amazônia e mais nove representantes do setor privado. No entender do presidente eleito, este pequeno grupo de pessoas tem um poder muito grande, principalmente tratando-se de definir a política financeira do país, pretendendo-se transferir para o Congresso Nacional a fixação das metas econômicas do país.

Segundo a opinião de alguns técnicos do governo, com a permanência de nove representantes da área privada no CMN cria-se nove grandes privilegiados no nosso país, porque eles passam a levar para suas empresas segredos de decisões de governo, que deveriam ser vedadas enquanto estivessem em estudo. Acrescentam que mesmo no caso de uma maxidesvalorização do cruzeiro, embora esta medida fique a nível dos ministros da Fazenda e do Planejamento, os representantes do setor privado no CMN são experientes suficientemente para observarem as medidas que antecedem a uma maxidesvalorização, podendo saber previamente que esta decisão está para ser tomada, o que também não é conveniente.

Independentemente dos vícios do Conselho Monetário, a decisão mais importante é o desejo da unificação dos orçamentos governamentais, medida defendida por muitos ministros da área econômica, como Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto, mas que não tiveram força política ou coragem para a sua execução, mistérios de governos militares. Certamente o orçamento único vai deixar muitos tecnocratas em pânico quando descobrirem que orçamento público é para ser cumprido, sem as permanentes revisões de verbas pelo CMN, que joga a inflação para números horripilantes.

Tal decisão anunciada pelo presidente eleito naturalmente significa que ele está disposto a efetivar, também, a reforma bancária já preparada pelo Ministério da Fazenda e que sofreu ampla campanha negativa por parte dos atuais dirigentes do Banco do Brasil, sob a alegação de que prejudicaria aquela instituição oficial de crédito. O ministro Ernãne Galvêas rebate as críticas à reforma bancária, garantindo que ela não oferece nenhum prejuízo para o Banco do Brasil, ao contrário, virá eliminar a necessidade de manter-se o banco oficial sempre sufocado na liberação de novos empréstimos para conter-se a expansão monetária, já que o BB é autoridade monetária, como o Banco Central.

Desta forma, o presidente eleito ingressando nessas reformas da área econômica terá a sua "constituinte" financeira das mais importantes, o que certamente implicará em grandes negociações com os banqueiros e em reformulação total do modo de trabalhar das empresas estatais, sendo este o único caminho viável para que se consiga êxito no combate à inflação.